



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Praça Nossa Senhora de Salette S/N - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-911 - Curitiba - PR - www.assembleia.pr.leg.br

OFÍCIO Nº 30/2025 - 1211876 - GDRICARDOARRUDA

Em 26 de junho de 2025.

Ao

Deputado Alexandre Curi

Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná

Exmo. Sr. Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, solicitar providências referente o encaminhamento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa de Leis, em face do Deputado Renato Freitas, diante da quebra de decoro parlamentar ocorrido no dia 25 de junho do corrente ano.

Segue anexo documento devidamente assinado por este parlamentar, para que seja analisado e tomado as devidas providências.

Certo de que a presente surtirá os efeitos necessários, reitero à Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado Ricardo Arruda



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Arruda Nunes, Deputado Estadual**, em 26/06/2025, às 15:35, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.assembleia.pr.leg.br/sei/> verificar informando o código verificador **1211876** e o código CRC **09A36881**.

14029-39.2025

1211876v2



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Praça Nossa Senhora de Salette S/N - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-911 - Curitiba - PR - www.assembleia.pr.leg.br

DESPACHO - SGP Nº 774/2025 - 1213298 - SGP

Curitiba, 30 de junho de 2025.

1. Trata-se do Ofício n.º 30/2025 - 1211876 (1211876), encaminhado pelo Deputado Estadual Ricardo Arruda, por meio do qual apresenta Representação (1211887) em face do Deputado Estadual Renato Freitas, referente a fato ocorrido no dia 25 de junho de 2025, nas dependências do supermercado Muffato, situado no bairro Portão, em Curitiba/PR, conforme exposição dos fatos e fundamentos, em anexo.

2. Encaminhe-se ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para ciência e adoção das providências cabíveis.

Atenciosamente,

Ivilim Koelbl

Secretária-Geral da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **Ivilim Koelbl**, **Secretária-Geral da Presidência**, em 30/06/2025, às 12:01, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.assembleia.pr.leg.br/sei/> verificar informando o código verificador **1213298** e o código CRC **3FDB59DA**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

RICARDO ARRUDA NUNES, brasileiro, Deputado Estadual do Estado do Paraná, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro no **art. 59, II da Constituição do Estado do Paraná e nos arts. 280 e seguintes do Regimento Interno**, apresentar

REPRESENTAÇÃO POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

Em desfavor do **DEPUTADO ESTADUAL RENATO DE ALMEIDA FREITAS JÚNIOR**, que pode receber intimações em seu Gabinete, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/n, Centro Cívico, Curitiba-PR, CEP 80.530-911, em desfavor do Deputado Estadual, conforme exposto a seguir.

I – FATOS

No dia 25 de junho de 2025, o Deputado Estadual Renato Freitas promoveu, sem qualquer comunicação prévia à administração, um ato político-partidário no interior do supermercado **Muffato**, localizado em Curitiba-PR, com o intuito de protestar contra a morte do jovem Rodrigo Boschen, supostamente envolvido em confronto com seguranças da unidade.

O ato se deu de forma **absolutamente incompatível** com a função de um parlamentar estadual. Conforme amplamente registrado em vídeos e imagens divulgados nas redes sociais e veículos de imprensa, o Deputado e seus apoiadores gritaram, causaram tumulto e **impediram o regular funcionamento do supermercado. Criaram ambiente de tensão e insegurança no local**, o que forçou funcionários a interromperem suas atividades. Além disso, **de forma ainda mais grave, o Deputado retirou cestas de compras das mãos de**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

alguns clientes, interferindo diretamente na esfera privada e na liberdade individual dos consumidores. ¹

No QR code abaixo, encontra-se o vídeo do ocorrido:



Ademais, o parlamentar **se aproveitou do episódio para convocar integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)** e de outros grupos políticos ideologicamente alinhados, **demonstrando intenção deliberada de criar tumulto e transformar o episódio em palco político**, muito provavelmente visando à geração de conteúdo para redes sociais.

É relevante frisar que:

- O ato foi **organizado pessoalmente pelo Deputado**, não tendo sido espontâneo nem tampouco precedido de comunicação formal;
- O ambiente escolhido (um local comercial fechado e de natureza privada) **não se coaduna com a atividade parlamentar**;
- A conduta do Deputado foi **desprovida de urbanidade, prudência e responsabilidade institucional**, prejudicando cidadãos e violando os princípios mínimos de decoro e ética esperados de um representante do povo.

¹ <https://xvcuritiba.com.br/renato-freitas-participa-de-protesto-por-jovem-morto-apos-suposto-furto-em-supermercado-de-curitiba/>



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

II – DIREITO

As condutas praticadas pelo Deputado Renato Freitas se enquadram nas **hipóteses de quebra de decoro parlamentar** previstas no **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná**, em especial no **Artigo 271, incisos IV e XIII**, a saber:

Art. 271. Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:
(..)

*IV – o uso, em discurso ou proposição, de **expressões atentatórias ao decoro parlamentar**;*
(..)

*XIII – a prática de crime ou **contravenção penal**.*

O Deputado, ao agir de forma a criar tumulto, impedir o funcionamento regular do supermercado e perturbar os consumidores presentes, **incorreu também em infrações previstas na Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941):**

*Art. 41 – **Falso alarme** - Provocar alarma, anunciando desastre ou perigo inexistente, ou praticar qualquer ato capaz de produzir pânico ou tumulto:*
(..)

*Art. 42 – **Perturbação do trabalho ou do sossego alheios** - Perturbar alguém o trabalho ou o sossego alheios:*

I – com gritaria ou algazarra;

III – abusando de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;

Tais dispositivos se aplicam perfeitamente ao caso concreto, haja vista que o Deputado:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

- Gritou e incitou aglomeração dentro de estabelecimento comercial;
- Criou tumulto e barulho excessivo, prejudicando a tranquilidade do ambiente;
- Impediu a continuidade das atividades normais do local;
- Tirou cestas das mãos de consumidores e bloqueou o acesso aos caixas;
- Convocou movimentos políticos para ampliar o tumulto, com fins notoriamente midiáticos.

As condutas, portanto, **ultrapassaram os limites da liberdade de expressão e de manifestação política**, assumindo características de infração legal tipificável e de total **incompatibilidade com a ética parlamentar**.

Embora o ato não tenha ocorrido nas dependências da ALEP, é inegável que a postura do parlamentar, na condição de Deputado em pleno exercício de seu mandato, **foi pública e notória**, atingindo de forma negativa a imagem da Assembleia Legislativa perante a sociedade paranaense.

É cabível, pois, a aplicação do disposto no artigo **280** do mesmo Regimento:

Art. 280. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar instaurará processo disciplinar para investigar e atribuir a penalidade competente ao Deputado que incidir nas condutas constantes nos incisos IX a XIII do art. 271 deste Regimento.

Desse modo, as atitudes do Deputado representado, se aplicam ao Artigo 280 do Regimento Interno da ALEP, merecendo que sejam devidamente **analisadas perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar**, haja vista que casos fáticos como o ora discutido são causas de instauração de processo disciplinar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Demonstrado, em tese, que o Deputado incidiu na condutas previstas nos Incisos IV e XIII do Artigo 271 do Regimento Interno, deverá ser instaurado processo disciplinar. É nosso dever, promover a presente representação com o intuito de efetivar o que dispõe o Regimento Interno desta Casa.

III – PEDIDO

Diante do exposto, é o que se pede:

- a) Que a presente representação seja recebida pela Mesa e encaminhada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar;
- b) A abertura de Processo Disciplinar, para apurar a prática dos **ilícitos disciplinares cometidos pelo Deputado Renato Freitas, nos termos do Artigo 280, do Regimento Interno desta Casa de Leis**, para apuração da conduta incompatível com a função parlamentar praticada pelo Deputado Renato Freitas;
- c) Após devido processo disciplinar, que a Representação seja aceita e que o **Deputado Renato Freitas seja punido com a perda do mandato, conforme previsão do artigo 272, inciso V do Regimento Interno; e**
- d) Subsidiariamente, a aplicação de outras penalidades previstas nos incisos I a IV do art. 272 do Regimento Interno.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Assinatura manuscrita de Ricardo Arruda, feita com uma caneta escura, apresentando traços fluidos e uma inicial 'R' bem marcada.

RICARDO ARRUDA
Deputado Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Praça Nossa Senhora de Salette S/N - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-911 - Curitiba - PR - www.assembleia.pr.leg.br

PORTARIA Nº 4/2025/2025 - 1341524 - CONETICA

Em 03 de novembro de 2025.

Deputado Delegado Jacovós, Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no art. 19, inciso I da Resolução 7 de 22/09/2025, por meio desta **declaro registrado e autuado** as representações por quebra de decoro parlamentar, objetos dos Protocolos SEI adiante relacionados, aguardando a devida distribuição ao Relator designado, após a reunião prevista, conforme inciso II do art. 19 da mencionada Resolução, devendo-se juntar na presente **PORTARIA** cópias integrais de todas mencionadas representações, tendo em vista que os fatos noticiados por diferentes representantes, são em face do Dep. Renato Freitas e a ocorrência se refere ao mesmo local (Supermercado da rede Mufatto – filial Curitiba) e na mesma data (25/06/2025) e horário inclusive.

A) 14029-39.2025, representante: Dep. Ricardo Arruda, representado: Dep. Renato Freitas;

B) 14059-05.2025, representante: Dep. Tito Barichello, representado: Dep. Renato Freitas;

C) 14076-31.2025, representante: Guilherme Kilter – Vereador de Curitiba, representado: Dep. Renato Freitas;

D) 14151-43.2025, representante: Bruno Secco – Vereador de Curitiba, representado: Dep. Renato Freitas.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar



Documento assinado eletronicamente por **Jose Aparecido Jacovós, Deputado Estadual - Presidente da Conselho**, em 03/11/2025, às 18:55, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.assembleia.pr.leg.br/sei/verificar> informando o código verificador **1341524** e o código CRC **54BCA971**.

